



10 Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2014



TRILHA INTERNET E LEGISLAÇÃO



APRESENTAÇÕES DOS PAINELISTAS



Tema: Implicações da Aprovação do Marco Civil

Posicionamentos

- Setor Governamental
 - Alguns artigos do Marco Civil necessitam de regulamentação.
- Setor Empresarial
 - Não foi explicitado.

Posicionamentos

- Setor Acadêmico
 - É importante interpretar o Marco Civil de modo coeso e em diálogo com o ordenamento jurídico brasileiro, bem como prosseguir com estudos para seu aprimoramento.
- Terceiro Setor
 - Uma vez aprovado o Marco Civil, o foco deve ser a regulamentação da proteção de dados pessoais.

Consenso

- Todos os setores saudaram a aprovação da Lei 12.965 de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet no Brasil.

Dissenso

- Não foi explicitado.

Pontos a aprofundar

- É necessária uma construção doutrinária e jurisprudencial para guiar a interpretação do Marco Civil.



Tema: Legislação

Posicionamentos



- Setor Governamental
 - A legislação brasileira é pouco atualizada em relação à privacidade e à proteção de dados.
 - Os países devem criar uma autoridade pública com o objetivo de garantir a aplicação de regulamento específico no tocante à proteção de dados.

Posicionamentos



- Setor Empresarial
 - Temor da “tecnocolonização”, ou seja, uma legislação mal implementada a partir de outros países pode favorecer um neocolonialismo.
 - Princípios informadores devem balizar as discussões legislativas.

Posicionamentos



- Setor Acadêmico
 - Evitar a escalada de eventual censura privada.
 - Existe tensão entre a simplificação dos termos de uso, a qualidade e a abrangência dos contratos.
- Terceiro Setor
 - Não foi explicitado.

Consenso



- Elaborar novas regulamentações para conferir eficácia plena ao Marco Civil.

Dissenso



- Não foi explicitado.

Pontos a aprofundar



- Não foram explicitados.



Tema: Princípios

Posicionamentos



- Setor Governamental
 - O acesso à Internet é essencial à cidadania: devem ser assegurados às usuárias e aos usuários direitos regidos pelos princípios da inviolabilidade, sigilo da vida privada e proteção de dados, segundo artigo 7º, incisos I e III do Marco Civil.

Posicionamentos



- Setor Empresarial

- O setor apresentou os seguintes princípios como meio de garantir a manifestação de pensamentos e ideias, a livre concorrência e a Soberania na era digital:

- I. *O menos é mais*: explicar demasiadamente uma norma, pode ensejar sua relativização;

- II. *Internet não é telecom*: razão pela qual possibilita livre competição na rede;

- III. *Plataforma é praça pública*: limitação das tentativas de responsabilizar os intermediários por conteúdo de terceiro. Ninguém responsabiliza o detentor da praça pelo discurso que lá se faz.

- IV. *A palavra final é (quase) sempre do Poder Judiciário.*

Posicionamentos



- Todos os agentes independentes que necessitem adquirir meios de telecomunicações para prestar serviços devem ser tratados de forma isonômica pelo detentor da rede.
- É importante o engajamento do CADE e Judiciário, e o acompanhamento permanente das agências reguladoras, além do Legislativo, na manutenção da livre concorrência.

Consenso



- Todos os setores mencionaram que os princípios da privacidade, neutralidade da rede e liberdade são os alicerces do Marco Civil.

Dissenso

- Não foi explicitado.

Pontos a aprofundar



- Não foram explicitados.



Debates



Tema: CGI.br

Posicionamentos dos Grupos



- O CGI.br deve realizar pesquisa e sistematização de critérios capazes de auxiliar decisões judiciais relacionadas à remoção de conteúdo considerado difamatório.
- O CGI.br deve implementar campanha visando o desenvolvimento de uma cultura de liberdade de expressão na Internet.

Posicionamentos dos Grupos



- O CGI.br deve ter plataforma online para promover processo participativo sobre regulamentação da neutralidade da rede, desenvolvendo ou utilizando aplicações existentes.
- O CGI.br deve transmitir suas reuniões por streaming.

Dissenso

- Não foi explicitado.

Pontos a aprofundar

- Defender o Marco Civil contra a campanha empreendida pelos interesses contrários.



Tema: Marco Civil Aprovado

Posicionamentos dos Grupos



- O Marco Civil é importante como carta de princípios que inspira o processo global de governança, trazendo a perspectiva do desenvolvimento humano e socioeconômico.

Dissenso

- Sobre a explicitação no Marco Civil da atribuição dos juizados especiais no julgamento de processos relacionados à calúnia e difamação, foram apresentadas duas posições:
 - I. Desnecessária e prejudicial, pois sobrecarregará os juizados especiais;
 - II. Positivo o destaque na lei, justamente para que a sociedade saiba que pode recorrer aos juizados especiais.

Pontos a aprofundar

- Critérios para orientar decisões judiciais relacionadas à remoção de conteúdo para acabar com imprecisões e trazer segurança jurídica.



Tema: Neutralidade da Rede

Posicionamentos dos Grupos



- O Marco Civil não permite a venda de pacotes de acesso com discriminação de conteúdos.

Dissenso

- A insuficiência na abordagem da neutralidade da rede no documento do NETmundial.

Pontos a aprofundar

- Evoluir na discussão de acordos entre empresas de telecomunicações e provedores de serviços e aplicações online diante do Marco Civil. Com exceção do representante da Anatel os demais participantes entendem que não é permitido.

egibr